

CONJUNTURA ECONÔMICA

O mapa do
fim da fome

AGOSTO, 2001 • VOL. 55 • Nº 08 • R\$ 12,00 • WWW.FGV.BR/CONJUNTURA.HTM

Especial

500

MAIORES

Ranking das S.A. não-financeiras

**PRÊMIO FGV DE
EXCELÊNCIA EMPRESARIAL**



O mapa do fim da fome

MARCELO NERI

Chefe do Centro de Políticas Sociais da FGV

**“O HOMEM NÃO VÊ O UNIVERSO A PARTIR DO UNIVERSO,
O HOMEM VÊ O UNIVERSO DESDE UM LUGAR.” (MILTON SANTOS)**

NÃO ERA APENAS À GEOGRAFIA QUE o célebre pensador parecia se referir. Cada um deve poder enxergar as facetas do seu mundo, sem cortinas ou véus. A democratização do acesso à informação promovida pelo IBGE permite aos diversos segmentos da nossa sociedade olhar o país de uma perspectiva própria. Nas palavras do seu presidente, Sérgio Besserman, o IBGE não emite opinião sobre políticas públicas, mas informa realidades.

A ampliação do acervo da instituição (www.ibge.gov.br) vem crescendo e a divulgação das informações não se restringe às publicações e estatísticas prontas. Os microdados originados de pesquisas de campo estão disponíveis e possibilitam a produção independente de indicadores sociais. As siglas PNAD, PME, POF, PPV escondem segredos mesmo àqueles que vivem analisando estes números.

É verdade que a precisão das estimativas locais dessas pesquisas não

se aproxima das do Censo. É como comparar a nitidez da TV convencional com a da TV digital, ou a do videocassete com a do DVD.

Começamos pela determinação do custo de erradicação da indigência. Isto é, quanto de renda adicional cada um deveria receber para garantir o consumo de necessidades calóricas mínimas fixadas pela OMS, cujo custo de mercado hoje está em torno de R\$80,00 mensais por pessoa a preços de São Paulo, ajustado por diferenças regionais de custo de vida.

São condições fundamentais: a) a identificação perfeita dos indigentes e de suas respectivas insuficiências de renda; b) não há desperdício; e c) custo operacional nulo. Calculamos o custo do programa perfeito de erradicação da indigência capaz de içar os miseráveis até o piso de suas necessidades alimentares, nem um centavo a mais. O maior desafio é que somente os miseráveis abocanhem recursos do programa.

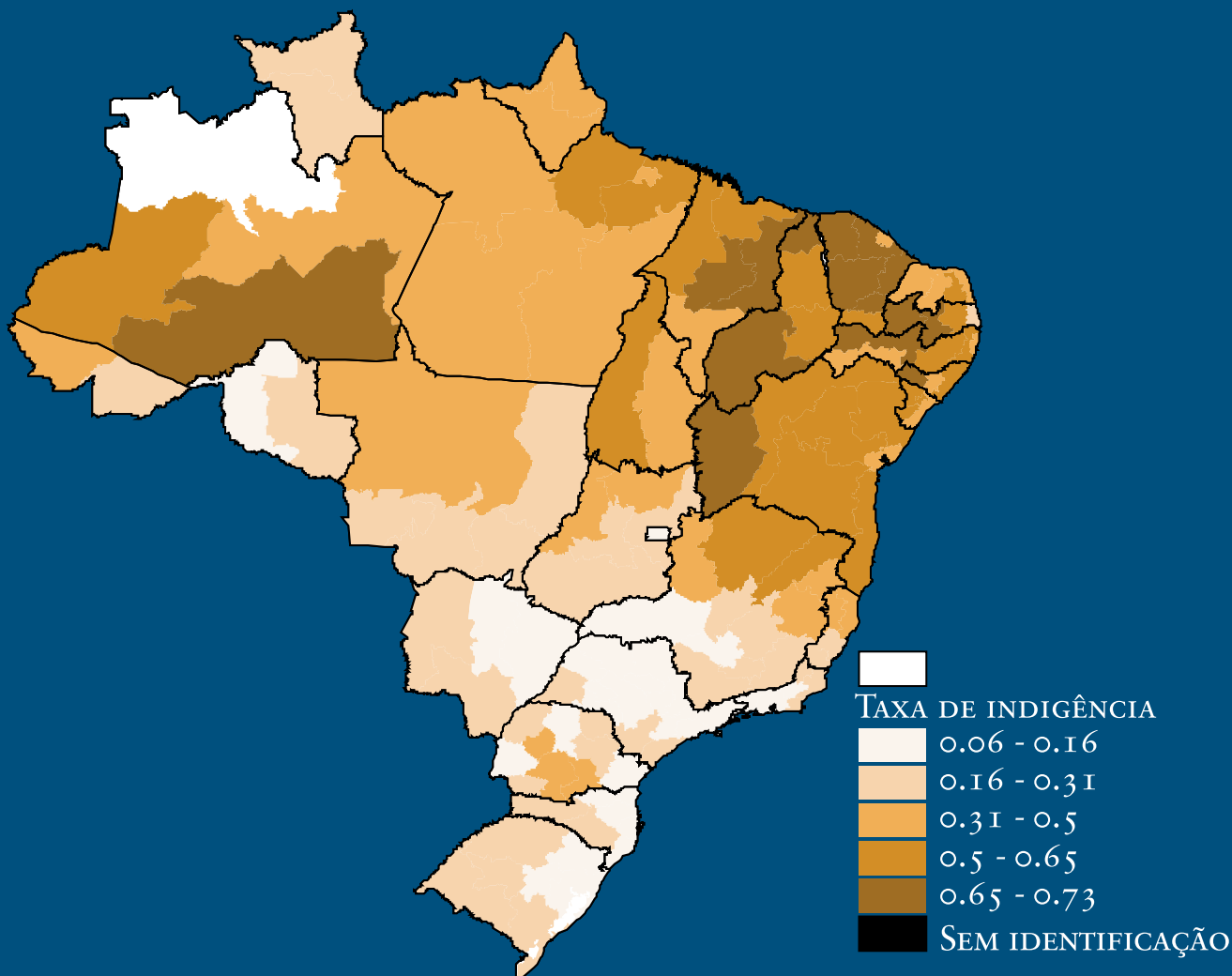
Este exercício não deve ser lido como uma defesa de políticas compensatórias, mas como uma referência ao custo de oportunidade social da adoção de políticas desfocadas. O exercício demonstra os poucos recursos requeridos para se decretar o fim da fome no Brasil e em suas localidades. Este dado é útil para traçar o alvo das políticas e para organizar as fontes de financiamento da empreitada.

Interessa também aos que se propõem a arrecadar fundos ou contribuir para o fim da fome, aí incluindo governos em geral e sociedade civil (famílias, ONGs e corporações). A altíssima desigualdade brasileira, nossa principal chaga, implica uma dualidade: muita miséria convivendo, lado a lado, com recursos mais que suficientes para eliminá-la.

O cidadão comum, ao perceber o baixo custo da empreitada, pode se motivar a tomar ações solidárias. A nossa experiência recente com metas

Nível de indigência por mesorregião

BRASIL (1996 A 1999)



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados PNAD/IBGE

de consumo de energia elétrica é elucidadora da importância do indivíduo dispor de objetivos palpáveis, como saber como uma determinada doação em espécie, ou em trabalho voluntário, vai ajudar.

O mapa apresenta um quadro nacional da miséria a partir das mesorregiões. A tabela a seguir complementa com informações dos diferentes estados para 1999. O processamento de microdados

da última Pnad (1999) revela que temos 50 milhões de indigentes (29.3% da população brasileira de 169.6 milhões, segundo o Censo 2000, tem renda mensal inferior a R\$80 *per capita* para a Grande São Paulo ajustada pelo custo de vida das demais regiões). A erradicação da miséria exigiria a transferência de R\$10,49 em média por brasileiro/mês. O custo agregado para erradicação da miséria brasileira corresponde a R\$1,78

bilhão mensais ou 4,01% da renda familiar. Ou seja, está perfeitamente dentro do orçamento social dos três níveis de governo de 20,9% do PIB.

A tabela apresenta o custo individual mínimo de erradicação da miséria sob duas perspectivas complementares: a) quanto cada indigente brasileiro deveria receber, em média, para que a miséria fosse erradicada; e b) quanto cada não-indigente brasileiro deveria, em

média, contribuir para que a erradicação da miséria fosse atingida.

No país como um todo estes números correspondem a R\$ 35,81 mensais e R\$ 14,84 mensais, respectivamente. Estes dados são úteis para traçar o alvo das políticas e para organizar as fontes de financiamento da empreitada.

O estudo apresenta estes e outros cálculos para cidades com mais de cem mil habitantes. Por exemplo, o morador de São Gonçalo, no Estado do Rio, ou do sul fluminense, pode se informar como as fases da lua-de-mel com o Plano Real, ou das crises externas impactaram a sua vizinhança. Ou como evoluiu a miséria lá, durante o milagre econômico dos anos 70 e a chamada década perdida dos 80.

O leitor está convidado a reproduzir essas mesmas análises para outros estados (BA, CE, GO, MG, PA, PE, PR, RS e SP), bastando entrar no site www.fgv.br/cps e explorar um acervo amplo de informações. Em termos metodológicos, a nossa inovação básica inicial foi processar conjuntamente diversas PNADs consecutivas a fim de aumentar a densidade das amostras das estimativas. Buscamos atualizar as estimativas do Censo de 1991 nas mesorregiões e municípios auto-representativos. Não devemos desprezar as transformações sociais ocorridas ao longo da década de 90, em particular as relativas à composição espacial da miséria

O estudo apresenta ainda indicadores antecedentes da evolução da indigência para as principais metrópoles brasileiras. Neste aspecto as maiores quedas de pobreza, entre 1999 e 2000, associadas ao processo de retomada

O custo mínimo por estado

MAPA DO FIM DA FOME

BRASIL - 1999

ESTADOS	Proporção Indigentes P0 %	Erro-padrão 95%	Transferências Mínimas para Erradicar a Miséria		
			R\$ indigente	R\$ não-indigente	R\$ pessoa
Brasil	29,30	0,29	35,81	14,84	10,49
Acre	33,69	5,73	59,64	15,40	12,24
Alagoas	56,84	2,87	38,48	45,74	20,90
Amazonas	42,74	2,98	50,83	20,79	14,76
Amapá	41,08	6,62	54,85	24,38	16,88
Bahia	53,95	1,09	37,30	43,05	19,98
Ceará	55,50	1,35	40,85	45,07	21,43
Distrito Federal	17,94	1,53	34,24	6,77	5,65
Espírito Santo	24,04	2,11	36,91	10,81	8,36
Goiás	26,57	1,35	31,24	10,81	8,03
Maranhão	62,37	2,49	38,64	55,59	22,80
Minas Gerais	26,22	0,83	34,13	11,55	8,63
Mato Grosso do Sul	23,15	2,01	32,56	9,31	7,24
Mato Grosso	24,51	1,94	29,93	9,03	6,94
Pará	40,41	1,88	62,40	16,28	12,91
Paraíba	49,36	2,41	38,61	35,24	18,43
Pernambuco	52,13	1,23	39,94	39,49	19,86
Piauí	61,26	2,73	42,93	57,95	24,66
Paraná	21,54	1,05	35,73	9,42	7,46
Rio de Janeiro	14,38	0,76	35,31	5,64	4,86
Rio Grande do Norte	47,69	2,74	37,20	31,18	16,96
Rondônia	20,57	3,22	59,08	8,26	7,25
Roraima	17,78	6,22	64,17	7,22	6,49
Rio Grande do Sul	16,44	0,79	34,13	6,50	5,46
Santa Catarina	14,41	1,40	34,19	5,41	4,67
Sergipe	50,25	2,69	41,10	37,43	19,59
Tocantins	47,43	3,03	36,35	31,27	16,81
São Paulo	11,53	0,58	37,76	4,73	4,20

Fonte: CPS/FGV a partir dos Microdados PNAD-IBGE

Obs.: A população rural da Região Norte não está coberta na estimativa de indigência.

da economia, foram observadas em Salvador (9,6%) e Porto Alegre (5,6%), superando a média aritmética simples das seis experiências consideradas (5,1%) e a média ponderada pela população (3,8%). Belo Horizonte (-4,8%), Recife (-4,1 %) e São Paulo (-3,4%) apresentam desempenhos intermediários, enquanto o Rio de Janeiro apresenta redução de pobreza (-1,9%). Análise mais detalhada demonstra que este desempenho inferior do Rio no período deve-se à capital (aumento de 1,5% na pobreza) e não à periferia metropolitana.

A tabela apresenta ainda os erros-padrão da proporção de indigentes avaliados ao nível de confiança de 95%. Ou seja, o intervalo de confiança seria de 29,01% a 29,59%. Este tipo de estatística será fundamental para analisarmos as estimativas de modo mais desagregado, em particular nos municípios auto-representativos. ■

Referências bibliográficas

Ferreira F., Lanjouw, P. e Neri, M. "A New Poverty Profile for Brazil Using PPV, PNAD and Census Data", mimeo www.fgv.br/cps, 2000.